

## ENTIDADES

### CARTA DO XX ENANFOPE 2021 XX ENCONTRO NACIONAL DA ANFOPE

---

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2021.v3i1n5.434-436>

---

Nós, educadoras/es reunidos no XX Encontro Nacional da ANFOPE, entre os dias 1 a 5 de fevereiro de 2021, de forma remota, devido à pandemia da Covid-19, avaliando o cenário político-educacional atual, em especial, a edição de medidas, que impactam a formação e a valorização dos profissionais da educação, ao aprofundar o debate e propor ações de mobilização, resistência e luta em defesa da democracia e da educação como direito de todos os brasileiros, publicizamos nossas posições, diante do cenário de destruição das políticas públicas, em curso, desde o Golpe jurídico-midiático-empresarial e parlamentar, de 2016, e acentuadas pelo atual governo.

Assim, **manifestamo-nos**, de forma veemente, **em repúdio** às ações e medidas que ferem direitos e impactam a educação, a saber:

- A Emenda Constitucional n.º 95/2016;
- A Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017) e sua proposição de terceirização;
- A Reforma Administrativa (PEC n.º 32/2020);
- A Reforma do Ensino Médio (Lei n.º 13.415/17);
- A BNCC da Educação Básica;
- A Resolução CNE/CP n.º 2/2019 (BNC – Formação Inicial) e Resolução CNE/CP n.º 1/2020 (BNC-Formação Continuada), que instrumentalizam e padronizam o currículo de formação de professores.
- As políticas, que resultam na privatização e na perda de autonomia de Universidades, Faculdades e Institutos Federais de Educação públicos;
- A nomeação de Reitoras/es não eleitos pela comunidade acadêmica nos Institutos federais e nas Universidades federais e estaduais;

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2021.v3i1n5.434-436>

- A terceirização e a privatização da gestão das escolas e das redes públicas, mediante entrega às Organizações Sociais (OS) e a outras instituições privadas;
- A implementação de regulamentações ou políticas que não sejam amplamente debatidas pelos profissionais da educação e por suas entidades e associações representativas, principalmente, no que diz respeito à formação inicial e continuada e às carreiras dos profissionais da educação;
- A oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação por instituições privadas, com modelos aligeirados, fragmentados e imediatistas de formação, que corroboram para a visão pragmatista de certificação e ascensão funcional;
- O notório saber como qualificação docente;
- A militarização das escolas públicas brasileiras;
- O negacionismo e o rebaixamento do financiamento da produção científica; e
- A todos os projetos e formas de privatização de instituições, empresas e órgãos públicos e do patrimônio público, em geral, e, de modo particular, ao que se refere à Energia, às Águas e ao Saneamento.

Diante do desmonte das políticas educacionais acentuado no atual Governo, que nega a ciência, destrói o meio ambiente, ataca instituições e servidores públicos, retira direitos dos trabalhadores, ameaça a vida da população, omite-se no combate à pandemia de Covid-19 e induz a atitudes que favorecem sua disseminação, instituindo uma necropolítica genocida, manifestamo-nos a favor do *impeachment* de Jair Bolsonaro e pelo fim de seu governo negacionista, protofascista e omissivo, pelos inúmeros crimes de responsabilidade cometidos e pelo desprezo com a vida, a saúde, os direitos humanos e a subsistência da população.

**Manifestamo-nos favoráveis** e reafirmamos, de forma intransigente, a defesa do que segue:

- Auxílio emergencial para a população mais vulnerável enquanto perdurar a situação de calamidade causada pela COVID-19;
- Acesso universalizado, aos docentes e discentes, à internet e aos equipamentos tecnológicos através de plataformas educacionais públicas;
- Vacinação imediata da população brasileira, pelo SUS;
- Garantia de vacinação a todos/as professores/as e trabalhadores/as não docentes para o retorno presencial à escola; assim como rígido protocolo de biossegurança;
- Gestão Democrática como princípio e prática de gestão da educação em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino;
- Consolidação dos Fóruns Permanentes de Apoio à Formação Docente e criação dos Comitês de Formação com participação ativa das entidades, como a ANFOPE;

- Concurso público para o ingresso na carreira docente de todos os níveis de ensino, com plano de carreira e com salários dignos;
- Instituições Públicas de Ensino Superior como espaço prioritário para formação inicial e continuada dos profissionais da educação e a sua articulação, em ações colaborativas, com as escolas públicas;
- Ensino presencial público comprometido com a convivência plural no espaço escolar, valorizando a interação coletiva e a diversidade sociocultural, e rejeitando o estímulo ao ensino mediado por tecnologias, especialmente, quando se tratar de escolas no/do campo, de escolas quilombolas e de escolas interculturais indígenas;
- Manutenção da oferta de licenciaturas interculturais a fim de formar docentes para a educação do campo, educação quilombola e educação indígena;
- Apoio às Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015, como princípio da formação de professores;
- Apoio à **base comum nacional** proposta pela Anfope, que rompe com a ideia do currículo mínimo, tem a práxis docente como referência para a formação de professores, e caracteriza-se como instrumento político de luta pela formação e carreira docente e como princípio orientador dos currículos dos cursos de formação;
- Formação inicial, presencial e em nível superior, e formação continuada contextualizada com as demandas da escola pública, ofertadas por instituições públicas de ensino superior, que articulem ensino, pesquisa e extensão; e
- Por fim, que o curso de Pedagogia tenha como formação básica a docência, e que esta formação seja indissociável à extensão e à pesquisa, ao trabalho como princípio educativo, à unidade de formação do professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e à gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares.

No ano em que comemoramos o Centenário de Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, reafirmamos, mais uma vez, os princípios da Anfope e a luta em defesa da formação dos profissionais da educação e da educação pública, laica, estatal, gratuita, democrática, inclusiva e popular, referenciada na especificidade dos sujeitos do campo e da cidade, em todos os níveis e modalidades de ensino. E conclamamos os/as profissionais da educação, estudantes e demais categorias, para juntos/as fortalecermos a mobilização e persistirmos na construção de um projeto de formação, educação e sociedade mais justa e igualitária. Pela democracia, pela vida!

Brasília, 05 de fevereiro de 2021.

Associados da Anfope presentes ao XX Encontro Nacional da ANFOPE